

A DINÂMICA GEOPOLÍTICA DE PORTUGAL. A DEFINIÇÃO DE FRONTEIRAS DO MAIS ANTIGO ESTADO-NAÇÃO DA EUROPA¹

Abílio Pires Lousada

1. Apresentação do Tema

Portugal é um pequeno País do extremo ocidental da Europa, com um território descontínuo assente no triângulo estratégico definido pelo território continental europeu e os arquipélagos atlânticos dos Açores e da Madeira.

Com 900 anos de existência, fundou o Estado pela Cruz e pela Espada no século XII, definiu as fronteiras no século XIII pela via diplomática e garantiu a soberania no século XIV através da guerra e o apoio de todo o estrato social. Estado-Nação reconhecido, a partir do século XV iniciou a Expansão além-fronteiras, assente na implantação de fortalezas militares, feitorias comerciais e igrejas. Portugal projectou-se para o mar Mediterrâneo, sulcou o Atlântico e o Índico, percorrendo a costa Ocidental e Oriental de África, chegou à Índia e edificou o Império do Oriente, abalançou-se para o Pacífico e instalou-se e ampliou o território brasileiro. Ou seja, fomentou as fronteiras da Portugalidade. Uma longa globalização materializada por políticos, burocratas, militares, missionários, comerciantes, homiziados ou simples aventureiros. Uma longa circunferência planetária que trouxe os portugueses de regresso às origens a partir da independência do Brasil, em 1822, das independências africanas, em 1974-1975, da entrega de Macau à China, em 1999, e a emancipação de Timor-Leste, em 2002.

A herança histórica, cultural e civilizacional resultou num País actualmente europeu, atlântico e, em certa medida, mediterrânico, com as suas fronteiras de cooperação político-económica (União Europeia), de segurança e defesa (Aliança Atlântica) e cultural (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). Portugal é, portanto, um País Europeu e talassocrático.

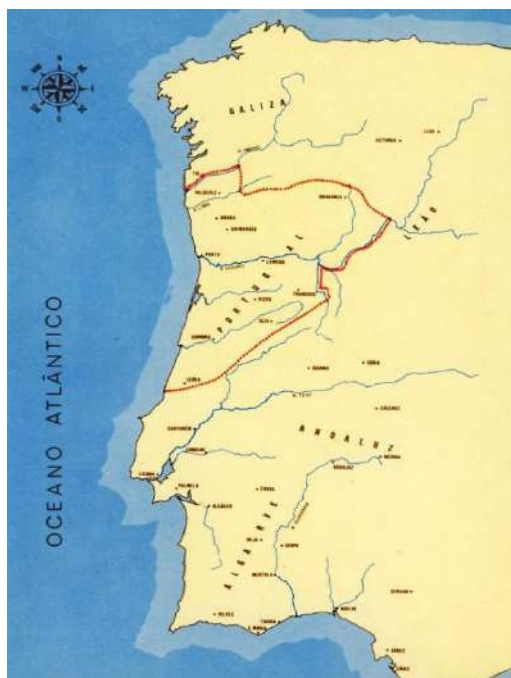
Assim, acompanhando o tempo histórico, quatro períodos devem ser considerados relativamente à edificação das fronteiras e consolidação de Portugal: **1)** Fundação do Estado – 1128-1179; **2)** Definição das Fronteiras Peninsulares – 1250-1297; **3)** Consolidação da nacionalidade – 1383-1411; **4)** Expansão Ultramarina – Séculos XVI-XVII.

¹ Apresentado durante LXVII Congresso Internacional de História Militar, Polónia – Wrocław & Opole – Setembro de 2022.

2. A Fundação de Portugal no Século XII

No início do século XII, Portugal era um condado pertencente ao Reino de Leão, com limites geográficos entre os rios Minho e Mondego. A intenção de autonomia inicia-se com o conde D. Henrique e, depois, com a condessa D. Teresa. Será o filho de ambos, D. Afonso Henriques, quem levará a efeito o processo de individualização e emancipação do território e que posteriormente o ampliará.

«*Defender a Terra e Acrescentá-la*», ou o conceito estratégico da Fundação de Portugal desenhado num ambiente de guerra permanente e fronteiras flutuantes: defender a Terra a Norte e a Leste de Leão e Castela, com a colaboração da nobreza de Entre Douro e Minho e da ordem religiosa e militar dos Hospitalários; acrescentá-la para Sul do Mondego, impondo uma retração territorial dos domínios muçulmanos, operacionalizada por infantões e cavaleiros, vilãos dos concelhos e cavalaria templária e, pontualmente, cruzados. Por esta via, entre 1128 e 1179, o território português ampliou-se desde as linhas dos rios Mondego e Tejo, através das conquistas das cidades de Santarém e de Lisboa, numa primeira fase, e depois para o Alentejo com as conquistas de Évora, Alcácer e Beja.



Condado de Portugal c. 1130.
Postal Museu Militar do Porto.

Esta individualização territorial e a Fundação de Portugal como Estado independente decorre de quatro acontecimentos:

- 24 de Junho de 1128 – Batalha de São Mamede (Guimarães)



Batalha de São Mamede. Fresco de *Acácio Lino*, Assembleia da República, 1929.

Um conjunto de famílias senhoriais de Entre Douro e Minho assumiu o príncipe D. Afonso Henriques como líder, pegou em armas e afastou a crescente influência dos barões da Galiza unidos à família dos Trava e apoiantes da condessa-rainha D. Teresa. Vincava-se, por essa via, a individualização geográfica e a emancipação de uma unidade política autónoma;

- 25 de Julho de 1139 – Batalha de Ourique (Baixo Alentejo)



A hoste portuguesa na Batalha de Ourique. Azulejos de *Jorge Colaço*, Centro Cultural Rodrigues de Faria, Forjães.

Concludente vitória militar portuguesa contra os muçulmanos, no interior do seu próprio espaço territorial. Este feito de armas motivou D. Afonso Henriques a assumir-se unilateralmente como rei.

- 5 de Outubro de 1143 – Tratado de Zamora (Território de Leão)

Em 1140, as tropas portuguesas vencem um confronto militar contra as de Leão em Valdevez, no Minho, que originou um período de tréguas. Três anos depois, Afonso VII, rei de Leão e imperador da Hispânia, celebrou o Acordo de Zamora com D. Afonso Henriques, reconhecendo este como rei de Portugal. Assim, o poder assumido pela força das armas, motivou o reconhecimento da soberania portuguesa no contexto peninsular.

- 23 de Maio de 1179 – Bula *Manifestis Probatum*

O Papa Alexandre III reconhece Portugal como Reino soberano e independente, inserto na *Respublica Christiana*. Portugal assumia o estatuto de sujeito de Direito Internacional.

3. O Tratado de Alcañices e a Definição das Fronteiras – 1297

Em meados do século XIII, o Portugal do rei D. Afonso III superou a concorrência de Castela com conquista do Algarve aos muçulmanos. Ou seja, a partir de 1250 libertou-se da presença islâmica, anulou os interesses concorrentes do vizinho ibérico, fechou o território a

Sul e abriu portas para o Mediterrâneo. O que significa que, na segunda metade do século XIII, a Península Ibérica contava com três reinos cristãos (Portugal, Leão/Castela e Aragão) e a presença muçulmana em Granada e no Levante. Mas, nos anos seguintes, o processo com Castela não foi pacífico, ocorrendo diferendos diplomáticos e confrontos militares devido ao Algarve.

Até que, em 1297, D. Dinis de Portugal e Fernando IV de Castela assinaram o Tratado de Alcañices. Este Tratado marcou definitivamente a individualização territorial portuguesa e transformou a fronteira terrestre de pressão em equilíbrio e acomodação. Portugal era, então, um Estado-Nação, o primeiro da Europa, e D. Dinis aproveitou o período de paz para estruturar um aparelho militar para Portugal:

1) reorganizou o Exército de forma a defender a fronteira terrestre e garantir a soberania do reino;

2) implementou um aparelho naval de modo a defender a costa da pirataria moura, projectar poder para o mar e enriquecer a coroa através do comércio.



Definição de fronteiras em 1297. *QuidNovi*, 2006.

Da Terra para a o Mar, ou a projecção atlântica a revelar-se, gradualmente, mais importante que a sua posição ibérica. Uma estratégia que, decorridos cem anos, fundamentava a Expansão Ultramarina.

4. A Guerra da Independência e a Consolidação da Nacionalidade – 1384-1411

Se o Tratado de Alcañices delimita o Estado Português, a Guerra da Independência consolida a Nação, mercê do envolvimento popular.

Um rei fraco faz fraca a forte gente, como bem refere Luís de Camões. Depois de ter perdido três guerras contra Castela, entre 1369 e 1381, o rei D. Fernando morreu sem acautelar a sucessão de acordo com os interesses nacionais. Com a herdeira D. Beatriz casada com o rei de Castela Juan I, estava aberta a possibilidade da união dinástica entre os dois reinos. Enquanto

Juan I organizava as tropas para invadir Portugal e reclamar o direito sucessórios da mulher, em Portugal ergueu-se um partido patriótico liderado por D. João Mestre de Avis, decidido a manter a soberania de Portugal.

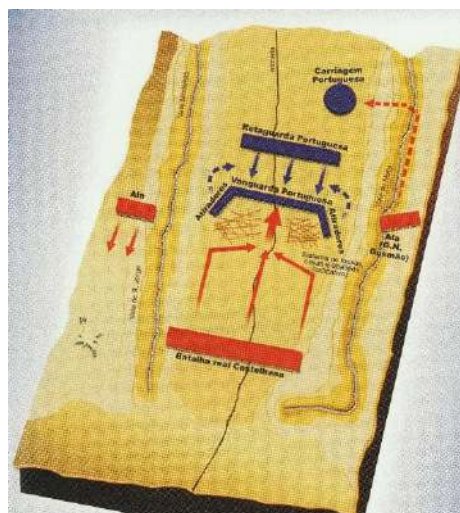
Castela invade, então, Portugal por duas vezes: por terra e mar em 1384; por terra, em 1385. Na primeira invasão, enquanto D. João resiste no interior das muralhas de Lisboa durante quatro meses ao cerco das forças invasoras, que também bloquearam o rio Tejo, Nuno Álvares Pereira derrota uma força militar terrestre castelhana na batalha dos Atoleiros, no Alto Alentejo (6 de Abril de 1384), impedindo a abertura de uma segunda frente.

Em Julho-Agosto de 1385, ocorre a segunda invasão, feita pela fronteira da Beira Alta com um volume de forças superior a 30.000 homens, tendo a capital Lisboa como objectivo a atingir. O rei D. João I e o condestável D. Nuno Álvares Pereira decidem ir ao encontro do invasor de forma a provocar batalha e barrar a progressão a Norte de Lisboa. Trava-se a Batalha Real de Aljubarrota (14 de Agosto de 1385), no campo de São Jorge, a Sul de Leiria. A ‘mãe de todas as batalhas do Exército Português’, que sustentará a independência de Portugal e definirá a sua nacionalidade.

Invasão por Castela em 1385. *Círculo de Leitores*, 2004.

Esta decisiva batalha, entre portugueses e um contingente inglês (cifra inferior a 10.000 homens) contra castelhanos, franceses e alguns portugueses (contingente superior a 20.000 efectivos), foi de curta duração (entre duas a três horas), os combates violentos e o resultado conclusivo. O facto notável da Batalha residiu na capacidade táctica de reduzir o poder do número inimigo e canalizá-lo para uma zona de morte, através de criteriosa escolha de um terreno dominante para implantação das tropas, que foi trabalhado defensivamente. A unidade de acção entre os besteiros portugueses, os arqueiros ingleses e os peões da vanguarda e o comando exercido por D. João e D. Nuno fizeram o resto.

Esta decisiva batalha, entre portugueses e um contingente inglês (cifra inferior a



Dispositivo de forças na Batalha de Aljubarrota. *Tribuna da História*, 2003.

Portugal e Castela firmaram pazes a 31 de outubro de 1411 (Ayllón, Segóvia). Terminada e vencida a Guerra da Independência, Portugal libertava-se dos constrangimentos estratégicos que os reinos peninsulares lhe impunham e, como para além da terra só o mar, aproveitou-se um extenso litoral (943 km, a Ocidente e a Sul) para complementar a pobreza do solo continental.

5. A Expansão – Século XVI-XVII

[illegible]

6

Podemos distinguir dois períodos áureos do Portugal Imperial:

O primeiro, o das especiarias do Oriente, ocorreu no século XVI, edificado por Francisco de Almeida, Afonso de Albuquerque e demais capitães de mar e de terra. Contudo, com territórios imensos e dispersos e fronteiras imprecisas e descontínuas, situados a milhares de quilómetros da metrópole, sustentar o império e garantir o seu usufruto comercial revelou-se tarefa ciclópica. Agravada porque Portugal tinha um estrato populacional pouco superior a 2.000.000 de habitantes. Consequentemente, a retracção das fronteiras imperiais portuguesas a Oriente tornou-se posteriormente irreversível, também devido ao choque com as potências marítimas europeias emergentes, particularmente a Inglaterra e a Holanda. Assim, a partir da segunda metade do século XVI, o dispositivo imperial no Índico e no Pacífico foi retraído em detrimento da aposta no Atlântico Sul.



Os portugueses no Brasil. «Atlas Miller», atribuído a Lopo Homem Reinóis, 1519, Biblioteca Nacional de Paris. In *Revista Portuguesa de História Militar*, 2022.

O segundo Império centrou-se no Brasil desde meados do século XVI, em que as «entradas» e as «bandeiras» desbravaram os proventos do açúcar e do ouro. Relativamente ao Oriente, o Brasil “teve menos glória mas mais proveito”. Menos glória porque o País se tornou numa potência de segunda ordem na Europa e excessivamente dependente da Grã-Bretanha;

mais proveito porque a produção do açúcar, no século XVII, e a extracção mineira, nos seguintes, foram de longe materialmente mais vantajosas que o Oriente. O Brasil tornou-se, politicamente, a ‘joia da coroa’ e, economicamente, o seu abono. A presença portuguesa no Atlântico Sul terminou em 1822, quando o Brasil se decide pela independência.

Entretanto, entre o Império do Oriente e presença na América do Sul, Portugal perdeu a independência para a Espanha durante 60 anos (1580-1640). Soberania que foi recuperada através da guerra mediante mobilização de toda a sociedade e o apoio internacional da França e da Inglaterra. Um processo que durou quase 30 anos (1640-1668).

Daí decorrente, Portugal foi obrigado a lidar e a envolver-se nas sucessivas guerras europeias ocorridas entre o século XVIII e o XIX, onde esteve sempre alinhado com a potência marítima Inglaterra e em campo oposto ao das potências terrestres Espanha e França. O trunfo geo-económico foi a posse do Brasil e, a partir da sua independência em 1822, a presença em África, sobretudo Angola e Moçambique, que se tornariam independentes em 1975.

Portanto, seis centúrias depois de ter iniciado a epopeia da expansão ultramarina, com a conquista de Ceuta, em 1415, Portugal regressava às fronteiras geográficas firmadas em Alcañices, acrescidas com os arquipélagos dos Açores e da Madeira. Mas com um legado de orgulho pelo mundo, nomeadamente a Língua Portuguesa, falada por mais de 200 milhões de pessoas em quatro continentes e relações estreitas com as nações que outrora fizeram parte do seu império!

Palavras Finais

Refere o politólogo Gaston Bouthoul que «a mãe da história é a guerra» e que «as guerras continuam a ser os nossos mais nítidos pontos de referência cronológica e os padrões das grandes mudanças». Relativamente à questão das fronteiras, refira-se que as características dominantes são a sua mobilidade, dinamismo e reversibilidade, ou seja, as fronteiras não são eternas como, de resto, também não o são os estados. Seja como for, as fronteiras delimitam territórios onde os povos vivem em comunidade, o «meio» pátrio pelo qual os homens se dispõem a derramar o seu sangue.

A Europa é um exemplo sintomático, enquanto espaço de territórios múltiplos, de história violenta e de linhas de separação pouco pacíficas. Todos os grandes conflitos ocorridos na Europa ao longo dos séculos implicaram redefinições fronteiriças de maior ou menor vulto, tal como os contenciosos fronteiriços tendem a ser resolvidos pela força das armas. Neste aspecto, alguns contenciosos fronteiriços e nacionalismos que a Guerra Fria congelou emergiram na década de 1990 com a desagregação da União Soviética e a guerra nos Balcãs. A guerra em

curso entre a Ucrânia e a Rússia é o episódio mais recente, não deixando de ser surpreendente que tal aconteça em pleno século XXI, na era do conhecimento, da globalização e dos direitos humanos.

As fronteiras que garantem maior estabilidade e reconhecimento são as históricas, resultantes de um processo distendido no tempo, em consequência de muitos e porfiados conflitos e outros tantos acordos e tratados. É o caso português, que mantém as fronteiras desenhadas e internacionalmente aceites desde 1297, um Estado fundado no século XII e uma Nação formada em longo período histórico, mediante interacção com povos de várias latitudes e continentes.

Referências Bibliográficas

- BARATA, Manuel Tremudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (Direcção), *Nova História Militar de Portugal*, 5 Volumes, Rio de Mouro, Circulo de Leitores, 2004.
- CROWLEY, Roger, *Conquerors: How Portugal Forged the First Global Empire*, publishing Faber And Faber, 2016.
- LOUSADA, Abílio Pires, *Glórias e Desaires da História Militar de Portugal*, Lisboa, Editora Manuscrito/Prefácio, 2018.
- _____, *A Restauração Portuguesa de 1640. Diplomacia e Guerra na Europa do Século XVII*, Porto, Fronteira do Caos, 2012.
- MACEDO, Jorge Borges de, *História Diplomática Portuguesa, Constantes e Linhas de Força*, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, 1987.
- MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006.
- MONTEIRO, João Gouveia (Coord.), *Aljubarrota Revisitada*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2001.
- OLIVEIRA, Alcide de, *Aljubarrota Dissecada*, Lisboa, Direcção do Serviço Histórico-Militar, 1988.
- PAGE, Martin, *The First Global Village - How Portugal Changed the World*, Lisboa, Editorial Notícias, 2008.
- PEREIRA, José António Rodrigues, *Grandes Batalhas Navais Portuguesas*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2009.
- PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, *D. Dinis*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005.

- RODRIGUES, Barros, *Organização Dos Exércitos, Organização Militar Portuguesa, Estratégia, Geografia e História, Secção IV, História Militar*, Lisboa, Escola do Exército, 1935-1936
- SANTOS, José Loureiro dos, *Ceuta 1415. A Conquista*, Lisboa, Prefácio, 2002.
- SELVAGEM, Carlos, *Portugal Militar*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, 12 Volumes, Editorial Verbo, 1990.